

CLARA ALMAGRO VIDAL, *PAISAJES MEDIEVALES EN EL CAMPO DE CALATRAVA*, MADRID, LA ERGÁSTULA, COL. SERIE HISTÓRICA 8, 2016, 354 PÁGS. ISBN: 978-84-16242-15-3.

LUÍS FILIPE OLIVEIRA
Universidade do Algarve / I. E. M.

Estas *paisagens medievais* eram parte da dissertação de doutoramento que Clara Almagro Vidal defendeu, em 2012, na Universidade de Granada, sob o título *Frontera, Medio Ambiente Y Organización del Espacio: De la Cuenca del Guadiana a Sierra Morena (Edad Media)*. Desse trabalho anterior, feito sob orientação de Luis Rafael Villegas Díaz, já a Autora dera a conhecer alguns resultados, mormente sobre a formação do Campo de Calatrava¹, o núcleo principal dos domínios da ordem no reino de Castela. A ele regressou agora para publicar os capítulos mais importantes, os que lidavam com a reconstituição das paisagens e com o papel dos freires na modelação daqueles territórios. Da presença e da influência destes últimos —aí tiveram eles o convento central em dois locais distintos e cerca de vinte comendas— resultaria, aliás, a formação do corónimo Campo de Calatrava, com que hoje se designa aquele espaço da meseta sul. Nas suas grandes linhas, este livro cruza duas ordens de preocupações. Uma delas vinda da história rural e atenta ao modo como as sociedades organizavam o espaço e construía os territórios, a outra saída dos estudos sobre as ordens militares e essencialmente preocupada com as transformações provocadas pelo estabelecimento da sociedade castelhana nos espaços do Sul. Este último feixe de questões não foi esquecido, dada a proximidade da fronteira e a presença de povoados muçulmanos, mas ele serviu sobretudo como horizonte de referência, uma vez que a Autora privilegiou a recuperação dos testemunhos de uso e de apropriação do espaço. Por entender, no fundo, que os diversos usos e os tipos de paisagens são decisivos para a compreensão das formações sociais, em linha com propostas anteriores e em boa parte sugeridas pelos estudos de Luis Rafael Villegas Díaz sobre a história da Ordem e as terras de Calatrava. Adoptou, por isso, uma cronologia longa, do século XII ao XVI, mais apta para observar

¹ Clara ALMAGRO VIDAL, “En tierras de la Orden: la formación del Campo de Calatrava en la Edad Media”, *Revista de Las Órdenes Militares*, nº 7, 2014, pp. 77-210. Também *Id.*, “Sobre formas de economía y asentamiento en la frontera: El caso de las periferias del Campo de Calatrava en la edad media”, in F. Toro Ceballos, J. Rodríguez Molina (coords.), *IX Estudios de Frontera. Economía, Derecho y sociedad en la Frontera. Homenaje a Emilio Molina López*, Jaén, Diputación Provincial de Jaén, 2014, pp. 55-66.

os processos em causa, e deu uma atenção particular às zonas mais periféricas e pior documentadas. Àquelas que estavam dominadas pelos incultos, quer dizer, pelo gado e pelas pastagens, ou pelo monte e pelo bosque, que correspondiam a 85% da superfície total do território, segundo dados do século XVIII.

Definidos os obectivos na introdução e apresentados os apoios bibliográficos e o catálogo de fontes, em parte recolhido nos arquivos municipais e só abundante para os séculos finais do período, o livro organiza-se em dois apartados. Serve o primeiro (pp. 21-56) para discutir e apresentar a metodologia e os conceitos de base —espaço, meio ambiente e paisagem—, e para identificar os diferentes componentes das paisagens, numa atitude louvável mas que não é infelizmente muito comum entre os historiadores. Ao longo destas trinta páginas, em que se antecipam algumas das observações e das análises da segunda parte, a Autora manuseia uma bibliografia recente e copiosa, originária de vários domínios do saber, desde a geografia, a geologia e a biologia, à história e à arqueologia. Sem que aí se esqueçam, por outro lado, os contributos das representações artísticas e culturais, mormente no que respeita à percepção social da paisagem, ou de algum dos seus componentes, como os bosques e os incultos. A observação é a vários títulos importante, sobretudo num território dominado por estas últimas paisagens, ainda que outro tanto se pudesse dizer dos cultivos e das casas de morada, em regra protegidos de formas várias e quantas vezes envolvidos por alguma sacralidade.

O segundo apartado, de longe o mais extenso, distribui-se por cinco capítulos e está inteiramente votado à caracterização das distintas paisagens. Inicia-se com uma descrição do meio físico e com a recuperação, a traços gerais, da ocupação do espaço (pp. 57-81), em resultado da evolução da fronteira, das heranças do passado islâmico e das estratégias desenvolvidas pela Ordem de Calatrava. Na prática, isso permitiu que se definissem diferentes unidades territoriais, desde um espaço central, com povoamento mais denso e uma actividade agrícola mais intensa, que corresponde ao primitivo Campo de Calatrava, até um conjunto diversificado de periferias, caracterizadas, em graus diversos, pelo domínio dos bosques e dos montados, da criação de gado e da economia silvícola. Assim se reconstituiu, portanto, um território complexo e articulado, mas igualmente sujeito a transformações constantes. Destas últimas, as mais visíveis datam de finais da Idade Média, com a organização das periferias e as tensões crescentes entre o gado, os bosques, os pastos e os cultivos, já que o desconhecimento da ocupação islâmica do território nem sempre permitiu definir da melhor forma o impacto da conquista cristã.

Os restantes capítulos obedecem a uma organização temática, embora os temas respectivos se cruzem com frequência. Tratou no primeiro deles as áreas de bosque e de monte (pp. 81-165), que se acumulam nas zonas mais acidentadas dos Montes de Calatrava e da Serra Morena, menos nas franjas orientais, e que funcionavam muitas vezes como limites, ou até como espaços de fronteira. Mas que eram objecto de um uso diverso, desde os caçadores aos colmeeiros, aos corticeiros, aos carvoeiros e aos pastores de cabras e de porcos, e onde os fogos e as queimadas eram frequentes. Usadas para estender os pastos e os cultivos, mas pondo em risco o mel e as abelhas, aquelas últimas

foram devidamente regulamentadas por finais da Idade Média, sem que se conheçam, contudo, leis específicas de protecção do bosque. Sinal inequívoco da sua difusão.

Mais relevantes eram as terras dedicadas à criação de gado (pp. 166-223), quer pela aposta da Ordem de Calatrava nessa actividade —no século XIII havia um comendador das vacas e uma cabana de éguas—, quer pela importância dos pastos de inverno no território, quer, sobretudo, pela organização dos circuitos de transumância e pela definição de canadas, só com limites precisos junto dos núcleos de povoamento e que suportavam a passagem de mais de trezentas mil cabeças. Sem abandonar as outras espécies, a Ordem não tardou a converter-se ao valor comercial dos ovinos, em aumento desde o século XIV e maioritários depois nos seus rebanhos, apostando ao mesmo tempo na cobrança de tributos sobre os pastos e a circulação, ou na delimitação de defesas para arrendamento e que chegaram a ocupar a terça parte das terras por ela detidas. Não admira, pois, que fosse o gado a principal riqueza do território, nem que as comendas da Ordem assentassem nele cerca de metade das suas rendas, segundo dados de finais da Idade Média.

Em contrapartida, os espaços cultivados (pp. 223-278) só tinham maior relevo na área central, no primitivo Campo de Caltrava, onde coabitavam, de resto, com os pastos para os animais de lavoura e onde foram mais precoces os conflitos com os criadores de gado. Nas outras zonas, para lá dos arredores das povoações, as amplas áreas de monte, de incultos e de baldios, associavam-se a uma agricultura temporária, em roças abertas com o fogo, ou com a enxada. Era aí mais fácil a convivência entre o gado e os cultivos, embora haja notícias sobre processos de concentração populacional, ou sobre povoados abandonados, em benefício das pastagens, e se registre, por outro lado, um aumento da procura de terras de cereal durante os séculos XV e XVI. Entre as outras culturas, há que destacar a expansão da vinha, promovida pela procura urbana e pelas cartas de povoação outorgadas pela Ordem, em contraste com um desenvolvimento mais tardio do olival, posto que as oliveiras surgissem associadas com a videira, com a figueira, ou mesmo com os cereais. Umas e outras podiam ser cultivados em hortas, por norma cercadas e atestadas desde o século XII, que se distribuía pelos aros das povoações, mas que também apareciam em defesas, ou até junto dos assentamentos de colmeias. A maior parte era irrigada a partir de poços, se bem que outras fossem alimentadas por regadios de pequena dimensão, a partir de tanques, acéguas e canais. Mais numerosos na franja oriental do território, onde se manteve algum povoamento da época anterior, muitos desses sistemas de regadio tinham, por certo, uma origem islâmica, como a Autora não deixou de sublinhar.

O capítulo final deste apartado (pp. 279-318) está dedicado a um tipo particular de paisagens, ora definidas pela presença e pelo uso da água de rios e de lagoas, ora marcadas pela mineração. Embora presente noutras zonas, em explorações de base familiar, como no vale de Alcúdia, ou em Abenójar, esta última era sobretudo importante em Almáden. Por doação régia, era a Ordem proprietária de metade de uma mina de mercúrio nesse local, cuja exploração se arrendou a catalães e a italianos, proporcionando parte significativa das rendas da mesa mestral de Calatrava. Ao contrário dos mineiros, com direito

a usar os recursos do termo para as minas e os fornos, em particular a lenha e o carvão, era menor o impacto da acção humana sobre os espaços hídricos. A par da importância da água na agricultura e na criação de gado, ou do aproveitamento da vegetação que crescia nas suas margens, o principal recurso que ela oferecia era a pesca, em regra sob controlo pela Ordem, que tinha diversas pesqueiras. Também se pescava nas presas dos moinhos e pisões que usavam a força dos rios, alguns dos quais eram de fábrica islâmica e muitos pertença da Ordem, sem que esta monopolizasse a sua propriedade. Mas a água tinha, por vezes, consequências de outro tipo, impossibilitando o trânsito do gado e o cultivo de algumas terras, ou tornando outras insalubres, motivo muito provável do abandono da cidade de Calatrava-a-Velha, sede do primeiro convento da Ordem.

Mais que o impacto da conquista cristã, a persistência de populações mudéjares, ou de estruturas do passado islâmico, sempre difíceis de observar com os dados disponíveis, as paisagens urbanas são, na verdade, a principal ausência deste livro. Ou, melhor, destas paisagens medievais do Campo de Calatrava. Como é evidente, a Autora não ignora a existência das cidades e sempre foi anotando, aqui e ali, algumas marcas da sua influência, na propriedade dos moinhos e no papel dos grupos urbanos na difusão da vinha, ou na presúria e na ordenação dos Montes de Calatrava, ambas dirigidas pela Irmandade de Ciudad Real. Não as tratou, porém, naquilo que elas têm de específico, seja nas paisagens distintas que elas geram, seja nos efeitos delas sobre os territórios em redor. De entre os núcleos urbanos do Campo de Calatrava, importaria considerar, pelo menos, os exemplos de Calatrava-a-Velha e de Ciudad Real, mas também o de Almagro, onde os mestres de Calatrava fixaram residência por finais do século XIII e que conheceu um significativo desenvolvimento urbano. Casos que permitiriam revistar o tema das relações entre as cidades e as ordens militares, observando ao mesmo tempo as dinâmicas criadas e a concorrência que os grupos urbanos faziam à Ordem de Calatrava na ordenação do espaço.

Nada disto diminui, porém, os méritos e o interesse do livro. Com ele, recupera-se, na realidade, um território complexo, caracterizado por paisagens distintas e por diferentes unidades geográficas, modeladas sob o impacto da fronteira, das políticas da Ordem, dos progressos do povoamento e da transumância. Através dele, ganha-se um contributo importante para o conhecimento dos processos de configuração dos territórios e das paisagens medievais. Por acréscimo, tudo foi apresentado numa escrita clara e objectiva, bem servida por vários mapas e por diversas outras ilustrações, embora se possa lamentar a ausência de um índice de extra-textos, que permitisse ao leitor situar-se rapidamente num espaço que não conhece da mesma forma que a Autora.